



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Fernanda Ferreira da Rocha

**AS POSSIBILIDADES E LIMITES DO FAZER PROFISSIONAL DAS
ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE- PB
OUTUBRO/2014**

Orientanda: Fernanda Ferreira da Rocha

**AS POSSIBILIDADES E LIMITES DO FAZER PROFISSIONAL DAS
ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CAMPINA GRANDE-PB**

Artigo apresentado ao Curso de Serviço social da
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, como
exigência para obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof(a) Ms. Alcilene da Costa Andrade Brito

CAMPINA GRANDE- PB

OUTUBRO/ 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R672p Rocha, Fernanda Ferreira da
As possibilidades e limites do fazer profissional das
assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba, Campina Grande-PB. [manuscrito] /
Fernanda Ferreira da Rocha. - 2014.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Alcilene da Costa Andrade,
Departamento de Serviço Social".

1. Serviço Social. 2. Assistentes Sociais. 3. Assistência
social. 4. IFPB. I. Título.

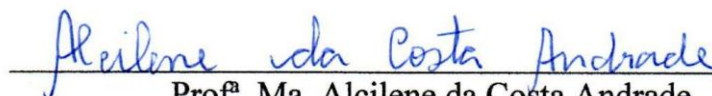
21. ed. CDD 361.3

FERNANDA FERREIRA DA ROCHA

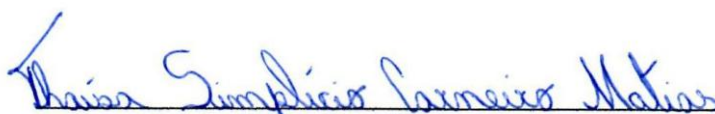
**AS POSSIBILIDADES E LIMITES DO FAZER PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES
SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA PARAÍBA, CAMPINA GRANDE-PB**

Artigo apresentado ao Curso de Serviço social
da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB,
como exigência para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social

Aprovada em: 13 / 10 / 2014



Profª. Ma. Alcilene da Costa Andrade
Orientadora



Profª. Ma. Thaísa Simplício Carneiro Matias
Examinadora



Profª. Drª. Maria Noalda de Ramalho
Examinador(a)

ROCHA, Fernanda Ferreira. As possibilidades e limites do fazer profissional das Assistentes Sociais do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campina Grande-PB. Curso de Serviço Social. Campus I. UEPB, Campina Grande-PB.

Resumo: O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba, em Campina Grande, vem despontando como um importante centro de profissionalização de jovens e adultos. O mesmo tem inserido no seu corpo funcional profissionais do Serviço Social, que desenvolvem um trabalho interdisciplinar e de suma importância para aquela instituição. A educação se configura como uma área, não diferente das demais, que vive em constantes transformações, não estando imunes as mazelas produzidas pelo capitalismo, a questão social. Com todas essas perspectivas desafiadoras os assistentes sociais são cada vez mais indispensáveis na tentativa de viabilização dos direitos sociais. O IFPB, Campina Grande, se configura como locus de atuação desses profissionais que se deparam com demandas cada vez mais complexas, indicando a presença de limites e possibilidades de atuação, que se configura num fazer profissional de extrema competência e eficácia.

Palavras-chave: Serviço Social, limites, possibilidades, assistentes sociais, IFPB.

Abstract: The Federal Institute of Science and Technology of Paraíba in Campina Grande, is emerging as an important center of professionalization of youth and adults. The same is inserted in its staff of professional social work, developing an interdisciplinary work and paramount to that institution. Education is configured as an area, no different from the others, who live in constant transformation, not being immune to ills produced by capitalism, the social question. With all these challenging perspectives social workers are increasingly indispensable in trying to viability of social rights. The IFPB, Campina Grande, is configured as a locus of action of these professionals are faced with increasingly complex demands, indicating the presence of limits and possibilities of action, which sets a professional do the utmost competence and effectiveness.

Keywords: Social Work, limits, possibilities, social workers, IFPB.

Sumário

Introdução.....	05
1-Serviço Social: Um breve histórico da profissão no Brasil.....	06
2- A ofensiva neoliberal e seus impactos na área da assistência social e no fazer profissional dos assistentes sociais.....	11
2.1 A ofensiva neoliberal e seus rebatimentos na área educação.....	15
3- Trajetória da educação profissionalizante no Brasil com ênfase no Estado da Paraíba.....	17
4- O Serviço Social nos Institutos Federais: limites e possibilidades.....	21
5- Sistematização e análise dos dados.....	23
5.1 Situando o local dapesquisa.....	23
5.2 O itinerário metodológico da pesquisa.....	23
5.3 Conhecendo os nossos sujeitos.....	24
5.4 Sobre as possibilidades da prática.....	24
5.5 Limites ou entraves institucionais.....	26
6- Aspectos conclusivos.....	27
7- Referências.....	28

Introdução

O nosso artigo tem como propósito o fazer profissional das assistentes sociais no Instituto Federal da Paraíba, Campina Grande. Buscando identificar os limites e possibilidades encontrados por esses profissionais. O Serviço Social desde sua legitimação como profissão atua no âmbito da educação, área que não se manteve imune às problemáticas trazidas pelas expressões da questão social.

O Serviço Social, na atualidade, desponta como de extrema importância, não apenas na área social, como a maioria dos usuários imaginam. As áreas de atuação desses profissionais se ampliaram, apesar de ser tida como uma profissão nova, se compararmos com outras. As mutações sofridas pela mesma vão desde seu momento caritativo vinculado à Igreja Católica, até sua criticidade e adoção da teoria marxista, que prevalece até hoje como norte.

O IFPB¹, é uma instituição conceituada na formação de profissionais de diversos segmentos tecnológicos, é uma instituição que contribui na educação profissionalizante do Brasil, com campi em diversos estados brasileiros.

Buscamos com esse artigo identificar e entender as condições de trabalho das assistentes sociais, que se configura como trabalho assalariado incluído dentro das relações sociais existentes. Segundo IAMAMOTO, a profissão participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadora e dos antagonismos produzidos.

Evidenciaremos os impactos trazidos pela ofensiva neoliberal, principalmente no que se refere aos direitos sociais, e a influencia dessa ofensiva na atuação profissional, e o que acarreta para a sociedade. Faremos um breve histórico da profissão, assim, como também nos atentaremos em trazer um bre histórico a implantação da educação profissionalizante no Brasil com ênfase no Estado da Paraíba, nos atendo principalmente no que se refere à atuação do Serviço Social no âmbito de educação. Com isso buscaremos entender o processo de inserção desses profissionais na educação, nesse caso na educação profissionalizante, modelo esse que está presente no país desde 1909, ensino que era ofertado aqueles que não tinham condições financeiras de pagar por seus estudos. Ensino

¹Ao final de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Este, por meio dos seus campi já em funcionamento (João Pessoa, Sousa, Cajazeiras, Campina Grande, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel), além de outros que haverão de surgir, procura contribuir para o engrandecimento e fortalecimento do Estado da Paraíba, pela oferta de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade a toda sua população.

esse que visava, em primeiro lugar, o crescimento econômico do país com a preparação de mão de obra qualificada.

Destacaremos a interdisciplinaridade das assistentes sociais que atuam no IFPB, apontando a importância de um trabalho em conjunto. Segundo YAZBECK a importância do Serviço social no âmbito interdisciplinar, reconhecimento esse que se deu na década de 1970. Todo esse movimento se deu após a implantação da pós-graduação que fez com que o mesmo se apropriasse de um debate intelectual no meio das ciências sociais do país e do exterior. A COPED e CAEST² são locais onde se dá essa atuação interdisciplinar.

A nossa pesquisa se baseará em recursos bibliográficos de um roteiro direcionado às assistentes sociais do IFPB. Segundo Marconi e Lakatos (1992), “a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. O roteiro produzido culminou na entrevista dos sujeitos, as entrevistas foram de suma importância para o desenvolvimento do nosso trabalho, no nosso caso será usado para uma melhor compreensão da realidade profissional das assistentes sociais. Nossa pesquisa se deu através de um estudo de caso, se configurando como uma análise de uma situação particular.

1-Serviço Social: Um breve histórico da profissão no Brasil.

A questão social está presente na sociedade mundial há décadas, seu agravamento ocorreu com as mudanças ocorridas na sociedade mundial, principalmente com o surgimento do sistema capitalista, tendo como marco a Revolução Industrial³. Essas mudanças provocaram um turbilhão de novas expressões da questão social. “O capitalismo, gera o mundo da cisão, da ruptura da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTNELLI, 2005, p.54).

A luta agora era pela manutenção da ordem vigente, amenizando os impactos trazidos pelas expressões da questão social, que agora tomava um novo rumo, cada vez mais trazendo instabilidade para todo o contingente populacional, ameaçando a classe burguesa, seu poderio e castigando cada vez mais a classe operária. De acordo com Yamamoto a “questão social” é

² Coordenação de Assistência Estudantil e Coordenação Pedagógica respectivamente.

³ Começa na Inglaterra, em meados do século XVIII. Caracteriza-se pela passagem da manufatura à indústria mecânica. A introdução de máquinas fabris multiplica o rendimento do trabalho e aumenta a produção global. A Inglaterra adianta sua industrialização em 50 anos em relação ao continente europeu e sai na frente na expansão colonial.

(...) conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação da atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

Nesse processo de legitimação da profissão ganha destaque a norte-americana Mary Richmond, se destacando pela organização e sistematização da profissão, de como ela deveria ser exercida. Sendo pioneira, também, na diferenciação entre assistência social, filantropia, e o Serviço Social. Mary Richmond foi a grande responsável pela criação do Serviço Social de caso, uma maneira particular de entender e intervir nas necessidades pessoais dos usuários. Em seguida desenvolveu o serviço Social de grupo e comunidade.

O Serviço Social no Brasil desponta nas primeiras décadas do século XX, com ênfase para a década de 1930, período que o país vivenciou, não diferentemente do resto do mundo, as consequências da crise que se deu no ano de 1929. A Igreja Católica foi de grande influência para a profissão, as ações eram realizadas por pessoas diretamente ligadas a ela. A caridade era a peça chave dessas atuações, que buscava contornar os efeitos devastadores da exploração do homem pelo homem. Sua função enquanto profissão era “de alicerça tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador (...) de mudança do comportamento em função das normas de higiene pessoal, controle biopsíquico, recuperação de indivíduos”(FALEIROS, 2005, p.13).

A atuação dos assistentes sociais recém-formados na década de 1930 era de transformação dos hábitos familiares e assim garantir a ordem social. “Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo e Estado e pelo conjunto das classes dominantes” (IAMAMOTO, 2004, p. 93).

Nesse período de legitimação da profissão, na década de 1930, o Brasil vivia um momento de conjuntura turbulenta. Getúlio Vargas era detentor de um governo provisório, que o dava poderes quase que ilimitados. No ano de 1934, Getúlio foi eleito presidente do Brasil. “A fase propriamente revolucionária durou até 1934, quando a assembleia constituinte votou nova Constituição e elegeu o mesmo como presidente” (CARVALHO, 2006, p.87). Foi uma década de efervescências política, que atingiu vários Estados, além de

ter grande participação de grupos sociais. Crescia nesse período a organização popular, com a criação de sindicatos, associações e partidos políticos.

Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes. Os assistentes sociais agora são trabalhadores assalariados detentores de força de trabalho intelectual com mecanismos de atuação a que deverão agir na execução de políticas sociais postas pelo estado e pelo setor privado, tendo como alvo o grande contingente proletário. Na década de 1940, com as constantes crises no modo de produção capitalista, os profissionais de Serviço Social, não mais são recrutados para uma atuação que mantenha a ordem moral e a higiene da população, a atuação nesse momento era de busca pela harmonia Estado/Sociedade. A profissão transitava entre diversas vertentes de pensamento, importadas de outros lugares, outras realidades.

O Serviço Social brasileiro foi diretamente influenciado por diversas vertentes, como, o neotomismo, positivismo, a funcionalista, a fenomenológica e por último a marxista. O neotomismo era uma vertente diretamente ligada à Igreja Católica, baseada no pensamento de São Tomás de Aquino⁴, por muito tempo foi a teoria usada pelos profissionais de Serviço Social. Pregava de certa forma, o conformismo da sociedade, que teria sua situação como imutável, era da vontade de Deus aquela situação de miserabilidade. O ser humano, segundo essa concepção teórica, era imutável.

A vertente positivista teve como fundador o filósofo Auguste Comte⁵, que acreditava numa nova sociedade a partir da reforma intelectual do homem. Essa teoria foi adotada pelas ciências sociais. A vertente funcionalista, de acordo com Faleiros (1996), possui um ponto de vista em que a integração significa ajustamento, treinamento, adaptação, submissão, e não integração politicamente construída nas relações culturais/sociais/econômico-familiares. A mesma foi importada do serviço Social norte-

⁴São Tomás de Aquino foi um importante teólogo, filósofo e padre dominicano do século XIII. Foi declarado santo pelo papa João XXII em 18 de julho de 1323. É considerado um dos principais representantes da escolástica (linha filosófica medieval de base cristã). Foi o fundador da escola tomista de filosofia e teologia. Tomás de Aquino buscou utilizar a filosofia grecolatina clássica (principalmente de Aristóteles) para compreender a revelação religiosa do cristianismo. São Tomás de Aquino nasceu na cidade de Roccasecca (Itália) em 1225.

⁵Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês. Criou a corrente de pensamento chamada "Positivismo". O pensamento positivista pregava um modelo de sociedade organizada, onde o poder espiritual não teria mais importância, sendo os sábios e cientistas a primazia nas decisões. Entre seus lemas destaca-se: "Não há problema que não possa em última instância ser reduzido a números".

americano. Outro equívoco praticado no Serviço Social, a não constatação que de realidades diferentes que demandavam atuações diferentes.

A vertente fenomenológica é uma visão superficial do real, que se apresentam de acordo com o que está posto, os fatos falam por si. E por último a concepção teórica marxista que até hoje norteia a profissão, nos atentaremos a ela no decorrer o artigo.

A década de 1940 foi marcada pela criação de diversas instituições que desenvolviam trabalhos assistenciais. Nesse caso destacamos a LBA, 1942 (Legião Brasileira de Assistência), onde as ações eram pontuais de cunho eleitoreiro e assistencialista, normalmente gerido pelas primeiras damas do país. A profissão ganha status de caráter político.

No ano de 1947 foi instituído o primeiro código de ética profissional do Serviço Social, código esse pautado no neotomismo, tendo a profissão como vocação, deixando de lado a questão social, como objeto de intervenção. O mesmo trazia as desigualdades como forma de moralizar a sociedade. O agravamento das expressões sociais nesse período são reflexos da expansão do modo de produção capitalista. Assim de acordo com Martinelli

Assim, à medida que se aprofundava o processo de expansão e consolidação do regime capitalista e que se agravavam, na mesma medida, especialmente no segundo pós guerra e nas décadas seguintes, as crises políticas, sociais e econômicas começavam a cair por terra a hegemonia dos discursos e das práticas burguesas e com ele retifica a concepção do mundo da burguesia (MARTINELLI, 2005. p. 136).

Na década de 1950, foi marcada pelo pós-guerra, nesse momento da conjuntura houve uma tentativa de extermínio ao comunismo e de expansão do capitalismo monopolista. Nesse momento se buscava a ampliação das políticas sociais que dessem respostas satisfatórias as demandas que surgiam com as mazelas da questão social, trazidas pelo processo de massificação da produção. O grande trunfo nesse momento era qualificar a mão de obra humana para a produção e o fortalecimento da economia do país, essa “qualificação” nada mais era que a domesticação do trabalhador, alienação.

Os anos 1960 foram surpreendidos por uma mudança drástica na conjuntura do país, o Golpe Militar de 1964. Nesse período há uma atualização do conservadorismo, os mesmos não são impedidos de atuar, mas tem sua atuação controlada para que houvesse a manutenção da ordem vigente. Há um reforço do conservadorismo.

Forja-se uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a “se virar” no mercado. Ao lado da

naturalização da sociedade – “é assim mesmo, não há como mudar” – ativa-se os apelos morais à solidariedade, na contra face da crescente degradação da condição da vida das grandes maiorias (IAMAMOTO, 2006. p. 114).

Os anos 1960, também foram responsáveis por um movimento de reconceituação do Serviço Social, que seria o rompimento com a vertente conservadora. Movimento esse que foi interrompido devido o modelo de governo instaurado naquela década. Nesse período foi instituído o novo Código de Ética da profissão, 1965. Com desdobramentos apoiados ao neotomismo, mas também ao positivismo, com influência norte-americana. A década de 1960 também foi marcada pela não mais culpabilização do indivíduo pela sua situação social.

Os anos 1970 foram marcantes para a profissão, o movimento de reconceituação é retomado, começa a gerar no seio profissional uma aproximação à teoria marxista, ainda de forma limitada e através de outros autores. É o momento de reconhecimento e identificação da realidade existente, agora, com um projeto voltado para as classes subalternas fragilizadas pelo sistema. Os profissionais passam a entender sua posição diante dos acontecimentos de forma crítica e política. No ano de 1975 é institucionalizado um novo código de ética profissional.

O Estado Ditador se ver no direito de direcionar a atuação profissional, o que causa um conflito de posições, de tal forma, que se adota novamente um modelo de atuação extremamente conservador tradicional para uma melhor adequação ao período ditatorial.

Segundo Sposati

A consciência da ineficácia social das políticas sociais atreladas a um Estado comprometido com o processo de expansão capitalista monopolista, principalmente como resultado da conjuntura de luta que se instala no país a partir dos movimentos sociais, levam o Serviço Social a rever suas propostas de ação (SPOSATI, 2008. p. 52)

Os anos 1980 são de grandes transformações, tanto para a profissão, quanto para o país. Foi uma década marcada por movimentos políticos importantes, como o processo de redemocratização do país e a promulgação de Constituição Federal em 1988. A profissão agora se depara com seu amadurecimento teórico, com a adoção hegemônica da teoria marxista, não mais de forma secundária, os teóricos começam a ir direto à fonte, na teoria marxiana de fato. Teve a institucionalização de um Novo código de ética em 1986, que apesar dos seus avanços mantinha ainda um veio conservador.

É um momento de avanços e de reestruturação produtiva, o sistema agora se metamorfoseia para responder a suas demandas. A flexibilização do trabalho pauperiza ainda mais a população, agora, escrava de força de trabalho. A substituição da mão de obra viva pelas máquinas é cada vez mais acirrada e agressiva. Diante de todo esse processo se ver a necessidade de rever os aportes teóricos que norteavam a profissão, incluindo seu próprio código. É necessário nesse momento apreender o real, um aparato de diversidades, compreender o usuário de forma singular, materialista e histórica, e para isso nada mais relevante do que a aplicação de dialética marxista.

No ano de 1993 é institucionalizado o novo código de ética, além da promulgação da lei que regulamenta a profissão. Era o momento de superação dos equívocos cometidos na atuação profissional, a década de 1980 e 1990, foi de extrema importância para o Serviço Social. De acordo com Santos

A esta superação, denomino a apropriação da vertente crítico-dialética. Ela é algo bem recente, datando de meados dos anos 90, e seu significado pode ser considerado como um salto qualitativo nas aproximações sucessivas entre o Serviço Social e tradição marxista, pois tem permitido a explicitação de questões fundantes na efetivação da ruptura com o tradicionalismo (SANTOS, 2007. p.-7)

O Serviço Social rompe com o conservadorismo, e adota definitivamente a teoria crítica dialética marxista. Com essa mudança foi possível se concretizar atuações mais condizentes com o que propunha o novo código de ética, 1993. Nessa nova perspectiva se legitima os compromissos com os valores éticos e políticos, em defesa da classe trabalhadora. Começava uma nova era para a profissão, que tinha sua atuação fortalecida na CF 1988. A CF veio para garantir direitos sociais, mas o Estado não dava brechas para que eles de fato se efetivassem. A década de noventa se apresenta como alvo de profundos ataques à área social, com a ofensiva neoliberal e seus retrocessos sociais. A Contra reforma do Estado veio para desmontar os direitos sociais e mais uma vez buscar a manutenção do sistema e a subalternização da classe trabalhadora.

2- A ofensiva neoliberal e seus impactos na área da assistência social e no fazer profissional dos assistentes sociais

Os anos de 1980 ficaram marcados na história, foi um período de intensas movimentações populares, é também nessa mesma década que chega ao fim os vinte e cinco anos de Ditadura militar. O país passava por um momento de redemocratização sociedade. Não deixando de lado processos que já vinham ocorrendo desde o início dos

anos 1960, como o movimento sanitarista⁶, esse movimento foi um dos mais fervorosos da época trazendo grandes contribuições na elaboração da Carta Magna de 1988.

É de suma importância frisar o grande salto dado pela cidadania brasileira com a promulgação da Constituição Federal de 1988, até então as políticas sociais e o acesso às mesmas, que hoje são garantias para a população, eram insuficientes e ineficientes, além do seu forte cunho seletivo e contributivo. Os textos que foram citados nesse documento deixam bem claro o verdadeiro aparato social que deve ser despendido a todos que ali necessitarem. A universalização e igualdade são termos que detêm grande importância, era um rompimento definitivo com as restrições impostas pelo Estado e pelo sistema.

Com o acirramento do sistema capitalista e as constantes mudanças impostas pelo mesmo, se inicia, de forma tardia no Brasil, a implantação do neoliberalismo⁷, que tinha como vertente diversas ideias, dentre elas, a superação do Estado, o tendo como meu coadjuvante. O Estado não mais participaria da regulação do mercado que seria livre e regido pelo próprio sistema. Além de todas essas interferências se configura como um modelo aberto a privatizações, terceirizações, avanços das grandes indústrias de produção, e defesa dos princípios e regras do capitalismo.

Não diferente de todos os outros processos que atingiram o mundo, o neoliberalismo, também chegou ao Brasil, essa implantação começou a ganhar força no final da década de 1980, com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello. Foi uma década de mudanças expressivas na conjuntura nacional.

A ofensiva neoliberal se intensificou no início dos anos 1990, com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello, ele foi o responsável pela entrada desse modelo de forma definitiva no país, ainda de forma retráida com poucas privatizações. Mas foi no Governo Fernando Henrique Cardoso que o Brasil sentiu as fortes mudanças, a implantação

⁶O movimento pela Reforma Sanitária surgiu da indignação de setores da sociedade sobre o dramático quadro do setor Saúde. Por isso, desde o início, pautou sua ação pelo questionamento desse quadro de iniquidades. Suas primeiras articulações datam do início da década de 1960, quando foi abortado pelo golpe militar de 1964. O movimento atingiu sua maturidade a partir do fim da década de 1970 e princípio dos anos 1980 e mantém-se mobilizado até o presente. Podemos afirmar que a Reforma Sanitária brasileira nasceu na luta contra a ditadura, com o tema Saúde e Democracia, e estruturou-se nas universidades, no movimento sindical, no movimento popular e em experiências regionais de organização de serviços. Esse movimento social consolidou-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, na qual, pela primeira vez, mais de cinco mil representantes estiveram presentes.

⁷Neoliberalismo, como entendido, é um produto do Liberalismo econômico. O termo foi cunhado em 1938 no encontro de Collor que Walter Lippmann pelo sociólogo alemão e economista Alexander Rustow. O termo se refere a uma tentativa de redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas as quais o liberalismo se opõe, criando assim um híbrido ideológico que só é tratado e reconhecido pelos seus críticos.

do Plano Real no Governo de Itamar Franco, presidente que assumiu o cargo com o impeachment de Collor.

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, é no período Collor que efetivamente ela se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro de espectro político, da grande imprensa brasileira, e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada como Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos (NEGRÃO, 2010,p.7)

Com a vitória de Collor nas urnas em 1990, a Constituição Federal tem seus textos duramente contrariados. Com as privatizações a pleno vapor o Estado acabou se eximindo do seu dever de garantir os direitos a população, foi um intenso desmonte na política de assistência, perdendo espaço para o privado. De acordo com o que diz a Constituição Federal de 1988

Art. 203 A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivo:

- I. A proteção à família, a maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoas portadoras de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Apesar de todos os impasses sofridos pela área da assistência social, a mesma teve um importante progresso, no ano de 1993 em meio ao bombardeio de desregulamentações das políticas sociais nasce a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Uma legitimação a mais na área da assistência social. Em conformidade com a LOAS a assistência social se consolida como política pública que cunho universal. Dessa forma, a política de assistência ganha novos rumos completamente diferente dos vistos nos anos anteriores, assistencialistas e eleitoreiros. A profissão do Assistente Social se liberta do estigma da

caridade que há décadas o persegue. O modelo neoliberal trouxe consigo o racionamento dos gastos, a focalização dos serviços e o boom de diversos novos setores como a ONGS, que cresceram consideravelmente na década de 1990.

O modelo neoliberal se perpetua até hoje, até mesmo os que diziam ser de esquerda, como o presidente Lula, se rendeu aos mandos e os desmandos do grande capital. Hoje temos essa política sendo dada continuidade com a Presidenta Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores. A redução do poderio estatal é visível assim como a redução dos bens e serviços ofertados à população. O período FHC foi o mais crítico para o país, principalmente com a disseminação do público como sucateado e ineficiente.

Os profissionais do Serviço Social sentiram na prática o desmonte produzido pela inserção definitiva do modelo neoliberal. Já que o trabalho do assistente social está diretamente ligado as políticas sociais, um espaço de objetivação da sua atuação. Ao mesmo tempo em que as políticas sociais trazem uma noção de direito ao cidadão, por traz desse caráter igualitário traz um traço de controle social em prol do crescimento do capital.

Os assistentes sociais estão munidos do seu código de ética que de forma antagônica busca garantir e legitimar a atuação desses profissionais, projeto esse inserido num modelo societário extremamente excludente o que faz com que o mesmo reme constantemente contra a maré. Esses profissionais são constantemente chamados a assumir uma postura crítica diante de tudo que é imposto, uma forma de conter a barbárie trazida por essa ofensiva, não somente, os profissionais mais toda uma sociedade que vive a mercê da própria sorte.

Nesse caso é proposta ao assistente social a construção de uma prática que corresponda às necessidades dos usuários, que na sua grande maioria, vivem em vulnerabilidade social. Lutar para a efetivação dos direitos sociais e garantir as classes subalternizadas uma melhor condição de sobrevivência. Essa luta acontece nas instituições, nos programas e nas políticas sociais e desde 1988 conta com uma importante contribuição, a Constituição Federal.

O fatalismo e o messianismo são confrontos diários desses profissionais que convivem com as expressões da questão social e que precisam combatê-las. Se desvincular dessas duas condições é quase que impossível, principalmente quando o mesmo é posto a lidar com realidades tão distintas. De acordo com IAMAMOTO

A superação do fatalismo e do messianismo na análise da prática social – com as suas derivações no exercício profissional – implica

o desvendamento da própria sociedade que gesta essas concepções e sua crítica teórica radical, historicamente constituída. Em outros termos, supõe recuperar a tradição intelectual instaurada por Marx na análise da sociedade capitalista. Mostra a atualidade, por um lado, do método e do arsenal de categorias que permitiram expressar, no nível do pensamento, as condições de existência real da sociedade. Por outro lado, recuperar a dimensão prática, como “prática-crítica” com explícito caráter de classe. (IAMAMOTO, 1992, p.113)

A ultrapassagem dessas visões da realidade seria essencial para uma maior compreensão da realidade, a apropriação da teoria de Marx e sua aplicação, a crítica posta em prática seria uma alternativa para a superação dessas formas de identificar a realidade. Diante dessa conjuntura, afirmar as políticas sociais como um direito inalienável é um desafio para os profissionais, ter uma das suas ferramentas de atuação, as políticas sociais, enxugadas é um desafio. No entanto a legitimação desses direitos é um trabalho, não somente, dos assistentes sociais, mas de toda uma sociedade.

2.1 A ofensiva neoliberal e seus rebatimentos na área da Educação

A política neoliberal ocasionou mudanças significativas na área da educação, nesse modelo, neoliberal, a educação é vista não mais como política social, mas como política essencial para adentrar no mercado de trabalho. A educação que foi tratada na Constituição Federal como indispensável para a promoção da cidadania, como citado no Art.205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A CF 1988 é intimamente responsável pela elaboração e promulgação de várias leis, que acabam legitimando o que nela está promulgado. Na área da educação, assim como na área da assistência com a LOAS, temos como norteadora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB)⁸, projeto esse que já era discutido anterior a 1988, só foi de fato sancionada no ano de 1996. Em sintonia com as mudanças deliberadas pelo acirramento do sistema capitalista, a educação foi afetada de forma a contribuir com as orientações de organismos internacionais.

A descentralização na área da educação que divide responsabilidades entre Governos Federais, Estaduais e Municipais se configura como uma prática neoliberal, a

⁸A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB - é a lei orgânica e geral da educação brasileira. Como o próprio nome diz, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. A mesma foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso de Melo.

descentralização traz uma falsa ideia de participação efetiva desses poderes na implantação de uma educação qualificada e inclusiva, universal. De acordo com alguns autores, como BIANCHETTI (2005), a descentralização seria uma estratégia para coibir os poderes coercitivos de um governo centralizado, de certa forma estaria limitando esses poderes, já que as ideias ditadas são advindas de um governo superior.

A política neoliberal vem causando ao país uma série de impactos, fica evidente o desmonte proporcionado pela visão passada de um Estado incapaz de suprir as necessidades de sua população. Essa visão fatalista dos serviços acaba ocasionando um caos generalizado. A educação pública é classificada como ineficiente no que se diz respeito às colocações buscadas no mercado de trabalho. Fica evidenciado, portanto, uma tentativa de difamação do público para o apogeu do privado, dessa forma alimentando maciçamente o grande capital.

A educação passou a ter um papel estratégico para o neoliberalismo, os governos liberais passaram a interferir na educação em conjunto com as grandes empresas. A educação passou a ser vista de forma meramente tecnológica e por outro lado para a difusão dos ideais liberais, como uma única forma de organização sócia por meio de livre iniciativa e do livre mercado.

Destacamos o governo Fernando Henrique Cardoso um dos alicerçadores dessa política no Brasil. As mudanças no modelo de educação foi evidenciada através de decretos feitos pelo mesmo. Dentre as ações do governo Fernando Henrique Cardoso para a Educação Profissional destacamos o Decreto 2.208/97, a Portaria 646/97, o Parecer 16/99 e a Lei 9.649/98. O Decreto 2.208/97 regulamentava o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96, organizando a educação profissional no Brasil, nos seguintes termos: “Art. 5º- A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997). Assim, o aluno poderia realizar o curso técnico ao mesmo tempo em que cursasse o ensino médio, na forma concomitante ou, na forma sequencial, após concluir o ensino médio.

A educação profissional passou a ser organizada em três níveis: básico, como modalidade não formal, independentemente do grau de escolaridade; técnico, destinada à habilitação profissional dos matriculados no ensino médio; tecnológico, destinado aos egressos do ensino médio e técnico, correspondente aos cursos superiores. Na realidade foi um período de desmonte da educação.

O governo Lula deu continuidade à política neoliberal no país, de forma mais branda. A educação profissionalizante continuou com seu viés de fortalecimento econômico, mas é preciso levar em conta a democratização desse setor. A interiorização das escolas técnicas levando para cada região cursos de acordo com suas necessidades. O ensino profissionalizante permanece no Brasil desde 1909, cerca de mais de cem escolas técnicas. O governo Lula é responsável pela junção dessas escolas e criação dos Institutos Federais, hoje no Brasil são mais de 240 instituições de ensino profissionalizante federal.

No Portal do MEC, consta que a Rede Federal de Educação Profissional conta com 366 polos, crescimento de 161%, em 8 anos, em relação às fases anteriores. As diretrizes atuais da Presidenta Dilma é de que mais 208 novas unidades sejam entregues até 2014, totalizando, assim, 562 unidades e uma oferta de 600 mil vagas para essa modalidade de ensino profissional. A expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional. No capítulo seguinte trataremos um pequeno histórico da educação profissionalizante no Brasil, com quase cem anos de história.

3- Trajetória da educação profissionalizante no Brasil com ênfase no Estado da Paraíba.

A busca pela profissionalização no país vem desde o tempo da colonização, os índios e os escravos foram os primeiros aprendizes dessa prática no país. Com o advento do ouro em Minas Gerais, foram criadas as casas de Fundição de Moedas e com ela a necessidade de trabalhadores qualificados. Pela primeira vez se estabelecia uma banca examinadora que avaliava os aprendizes que levavam até seis anos para sua formação.

Nesse mesmo período foram criados os Centros de Aprendizagem de Oficinas Arsenalis da Marinha, com profissionais vindos de Portugal, com isso havia o recrutamento de pessoas nas ruas e nas delegacias para aprenderem esses ofícios. O ensino profissionalizante foi interrompido no Brasil no ano de 1785 com a proibição da existência de fábricas no país.

A história da educação profissionalizante no país tem várias experiências. Em 1800 a adoção do modelo manufatureiro era dedicada aos menos favorecidos da sociedade brasileira. Essas pessoas eram encaminhadas para casas que disponibilizava ensino primário e o aprendizado de alguns ofícios como tipografia, encadernação, funilaria, carpintaria, sapataria dentre outros.

A primeira Constituição brasileira, de 1824, vem como um exemplo de uma aplicação normativa dos poucos direitos garantidos a uma parcela da população, onde a

metade ficava de fora devido à falta de recursos financeiros, já que uma das suas prerrogativas era que os mesmos detivessem propriedade. Com isso, toda uma cultura escravagista se manteve de fora, sequer eram considerados cidadãos brasileiros.

Com isso a exclusão dessa parcela de sociedade também se remetia à educação dos mesmos, educação essa totalmente seletiva. Foi também na Constituição de 1824 que se garantiu pela primeira vez ensino gratuito a todos os cidadãos. Não diferentemente da atualidade, em alguns casos, naquela época já se pretendia fortalecer os meios de produção com a qualificação de pessoas para serem tidos como força de trabalho. A escola também era usada como mecanismo ideológico para a disseminação do modelo de sociabilidade da época.

Mais tarde foi criada uma educação destinada aos pobres e livres, educação essa que na realidade era frequentada pelas classes médias emergentes. A educação era reproduzida para a qualificação para o mundo do trabalho, desqualificando assim seus usuários socialmente. Ou seja, era um sistema educacional completamente acrítico da realidade vivida pelo país naquela época de mudanças tão significativas e ao mesmo tempo nocivas à população mais pobre, os que dependiam da sua força de trabalho para sobreviver.

Com toda essa seletividade no processo de educação no século XIX, foi visível a forma desastrosa que a educação adentrou o século seguinte, com cerca de 80% da sua população analfabeta, contingente esse que se manteve em 65% até os anos de 1920. A problemática de educação emerge como bandeira de luta, paralelamente essa preocupação cresce juntamente com o crescimento e fortalecimento do grupo urbano-industrial. Nesse processo acaba culminando numa educação voltada para as massas, mediante campanhas de alfabetização e apelos para a universalização da mesma.

Até os anos 1960 as questões acerca da educação estiveram sempre presentes, seja ela entre a classe dominante, seja ela entre as massas. No ano de 1961 a educação teve um avanço significativo com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Com ela tornou-se clara o real papel da mesma, que não era definir um novo padrão de ensino, mas dar resposta à classe dominante, ao sistema privatista, e não amenizar a dicotomia existente entre as relações de trabalho e a educação. Nesse contexto de mudanças, a questão da educação passou a ser reivindicações em amplas mobilizações pelo país na mesma década, dando origem a movimentos de alfabetização em massa, como Movimento de Educação de Base, organizada por diversos segmentos da sociedade, entre eles estudantes (UNE) e a Igreja Católica, além de outros seguimentos populares.

O que antes era de alcance de poucos, hoje se torna uma realidade. A universalização da educação que hoje cumpre um papel decisivo na vida de milhões de pessoas. A educação, mesmo com seus impasses e muitas vezes ineficiência, cumpre um papel extremamente importante.

A educação organizada sob a forma de política pública se constitui em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial de classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também, condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte dessa e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais. Cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais que o resgate de uma história, marcada por legislações e mudanças institucionais intestinais, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir da sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. (ALMEIDA,2011, p.12).

O Brasil na atualidade é tomado pelo modelo profissionalizante, modelo esse que a cada dia cresce na expectativa de entrada no mercado de trabalho por parte de seus usuários. O ensino profissionalizante gratuito está presente na esfera privada e pública do país, cada vez mais, disponibilizando cursos que venham suprir a necessidade de mão de obra qualificada no Brasil. Qualificação essa que se torna indispensável para o crescimento econômico e tecnológico do país. A LDB dispõe de artigos que regem sob a educação profissional para aqueles que já concluíram o ensino médio e aqueles que de forma integral fazem a junção dos dois.

Art. 36-B A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

- I. Articulada com o ensino médio;
- II. Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 1996)

Esse modelo de educação articulada e subsequente está presente nos Institutos Federais espalhados por todo Brasil, são responsáveis pela profissionalização de milhares de jovens e adultos. Em 1978, a Lei nº 6545, foi criada três Escolas Técnicas Federais, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde as mesmas foram transformadas em Centros de Educação e Tecnologia (CEFET). Essa mudança foi conferida àquelas instituições que tinham como atribuições formar engenheiros industriais e tecnólogos. Os anos 1980

trouxeram mudanças significativas na Rede Federal de Educação e Tecnológica, com a oferta de cursos técnicos especiais.

O IFPB surgiu da fusão entre duas instituições, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Souza (EAF-Souza). Mas esse modelo de educação já perdura no Brasil desde 1909, através do Decreto nº7.566 de 23 de setembro do mesmo ano, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha. Nesse momento, também, surgia no Estado da Paraíba um modelo que visava ofertar um ensino profissionalizante gratuito aqueles que não tinham acesso, devido suas condições econômicas. A Escola de Artífices e Aprendizes (EAA) começou a funcionar de acordo com a demanda do mercado da época, disponibilizando cursos de alfaiataria, marcenaria, serralharia, encadernação e sapataria, realizadas juntamente com o ensino primário, ou seja, já se tinha uma educação integrada.

Por força da Lei nº378, a Escola transforma-se em Liceu Industrial, no ano de 1937, o mesmo passou a ofertar um nível mais amplo de escolaridade, abarcando outros graus de ensino, especialmente ensino técnico, profissional e industrial. Baseado em outros decretos a escola técnica e profissionalizante no Estado passou por diversas mudanças, inclusive no que se diz respeito a sua nomenclatura.

Nesse contexto de mudanças na educação brasileira, e nesse caso na Paraíba, surge uma nova modalidade de ensino direcionada a profissionalização do homem e da mulher do campo, a Escola Econômica Rural (1955 a 1979). No início dos anos 1960, já como Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB), passou-se a se ministrar cursos técnicos em construção de máquinas e motores, e o de pontes e estradas, foram os primeiros cursos a atender a demanda do país, que vivia um período de crescimento de modernização desenvolvimentista. No ano de 1964 foram instintos um dos cursos pioneiros, alfaiataria e artes em couro, os mesmos foram substituídos pelos cursos de artes industriais e eletricidade. No ano de 1965 a mulher ganha seu espaço no corpo docente da Instituição.

Em 1994 o presidente Itamar Franco promulgou a Lei nº8.948, de 8 de dezembro, dando início de forma gradativa ao sistema nacional tecnológico de educação. A Escola Técnica Federal da Paraíba tornou-se Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba em 1999, denominação essa que foi mantida até 2008. A expansão dos CEFETs permitiu o crescimento da atuação da Rede Federal, além de promover o acesso de pessoas que não poderiam se deslocar de grandes distancias para a instituição. A disseminação dos Campi no Estado fez com que a educação tecnológica fosse de mais fácil acesso, independentemente de classe social.

Ao final do ano 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB). Esse com campi em funcionamento nas cidades de João Pessoa, Souza, Cajazeiras, Campina Grande, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel, além de outros que irão surgir no Estado, contribuindo com o crescimento e melhorando a qualidade de vida da população.

4- O Serviço Social nos Institutos federais: limites e possibilidades.

O Serviço Social tem sua objetivação profissional no âmbito das políticas sociais, e a educação, como uma dessas políticas, não poderia deixar de ter no seu quadro de profissionais qualificado os assistentes sociais. O Serviço social, com suas particularidades vem cada dia mais conquistando seu espaço no meio educacional, tendo uma atuação imprescindível que vai para além dos muros dessas instituições. Com a ampliação da educação profissionalizante e tecnológica no país, os profissionais ganharam uma nova microárea de atuação dentro de uma maior que é a educação.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, se tornaram um espaço cada vez mais frequente de atuação profissional, principalmente no que se diz respeito a assistência estudantil, programa nacional que auxilia na permanência desses alunos no respectivo instituto. A política de assistência estudantil é o que mais requisita a participação do Serviço Social, com o objetivo de atender os estudantes em situação de vulnerabilidade social, zelando pela sua permanência na instituição.

Os cursos que visam à profissionalização dos alunos são tidos como imediatista que visa somente o trabalho, deixando de lado o verdadeiro papel da educação, que seria a produção de cidadãos. Para pensar a educação, é preciso tomar a realidade na perspectiva de totalidade, compreender que as diferentes dimensões que compõem a vida social mantém com o trabalho uma relação de dependência ontológica, mas também de autonomia, de mútuas determinações (CEFESS/CRESS, 2013, p.17).

A política de assistência estudantil demanda uma atuação interdisciplinar, envolvendo uma série de profissionais de distintas áreas, interdisciplinaridade que é vista de forma mais clara nos institutos federais, tendo um acompanhamento mais completo e eficiente, algo que não conseguimos identificar com tanta frequência nas escolas normais. Não compete a um profissional de forma isolada o desenvolver das ações. Trazendo para o Serviço Social temos sua intervenção diretamente ligada no espaço ensino/aprendizagem, fortalecendo cada vez mais a permanência do aluno na sala de aula.

“[...] a inserção do Assistente Social na educação pública constitui-se em uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletindo em sua família, por meio da disponibilidade de atendimento e acompanhamento individualizado, como também buscando a promoção da democracia através da abertura de espaços de participação e envolvimento na realidade escolar”. (SANTOS, 2012, p.20).

A capacidade de articulação e mediação entre a família e o espaço escolar é muito presente no fazer profissional do Serviço Social. Trazer a família para esse espaço e envolvê-los, principalmente com a questão da importância da educação para a formação, além, de profissionais, cidadãos. Essa é uma das possibilidades identificadas de atuação profissional, a interação família/escola. As condições de trabalho oferecidas ao profissional do Serviço Social são quase que ímpares no que diz respeito à qualidade nos institutos federais.

A expectativa levantada diante desse profissional é muito além de suas possibilidades, as demandas impostas diariamente requerem uma dinâmica quase que humanamente impossível, se levarmos em conta o crescimento do alunado. Reconhecer seu limite dentro da instituição deve ser uma das formas para que suas ações não sejam desprezadas. Essas limitações postas impedem a possibilidade de desvendamento do imediato, fazendo com que o profissional pare na singularidade, dificultando uma possível intervenção no particular.

“[...] compreende-se que a inserção do Assistente Social no contexto escolar pode-se constituir em um agente integrador para que através da categoria participação, o profissional possa colaborar na construção de uma cultura de pertencimento, de significação e envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da instituição educacional”. (SANTOS, 2012, p.25).

Quando falamos em cidadãos decorremos aos conceitos postos na CF 1988, no que diz respeito ao acesso ao conhecimento e aos direitos, primeira garantia e dever do Estado. A garantia dessa cidadania em hipótese alguma é função unicamente de um determinado profissional, é um processo de construção e envolvimento de toda comunidade escolar. Ainda há uma falta de conhecimento por parte da comunidade escolar do papel do profissional do Serviço Social, principalmente no que diz respeito a sua real importância dentro desse espaço. É preciso que suas atribuições sejam definidas dentro desses espaços, não com base unicamente nas suas demandas.

A educação pública é, inegavelmente, um espaço tomado pelas expressões da questão social, é um meio rico de atuação dos profissionais do Serviço Social, pois, “[...] é a questão social que dá concretude ao Serviço Social” (MOTA, 2010, p.38). A família cada

vez mais está envolvida e esse contato com as instituições de ensino é indispensável, se levarmos em conta que muitos usuários estão ali para alcançar uma melhor condição de sobrevivência, e a família é um fator fundamental nesse processo.

Diante do que está posto fica evidente a importância desses profissionais na áreas da educação, o assistente social agora é peça fundamental no entendimento e desmistificação da realidade posta. Lutar pelos direitos sociais é uma bandeira levantada diariamente pelos profissionais do Serviço Social. A inserção desses profissionais na política de educação é mais um desafio a ser superado, buscar a inclusão social dentro da educação é de extrema importância, e é isso que esses profissionais fazem, lutar para que os usuários se conheçam como sujeitos de sua própria história, cidadãos.

5-Apresentação dos dados da pesquisa

A partir de agora iremos situar o lócus da pesquisa entendendo que o mesmo contribui para o entendimento das várias nuances que emergiram com a análise dos dados. Em seguida, apresentaremos o itinerário metodológico, para então chegarmos aos achados da pesquisa.

5.1Situando o local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campina Grande. O instituto está localizado na Avenida Traquilino Coelho Lemos, no Bairro Dinámerica. Em Campina Grande o mesmo iniciou suas atividades no final de 2006, e no ano seguinte teve seus primeiros cursos ofertados. Os cursos oferecidos vão do integrado ao superior, destacando também a ótima condição da estrutura física institucional. É preciso situar que em Campina Grande o IFPB busca adequar sua demanda com as necessidades da região, ou seja, os cursos são voltados para atender as necessidades da sociedade.

5.2 O itinerário metodológico da pesquisa

A pesquisa qualitativa, cuja presença foi muito importante no nosso trabalho, é bastante significativa, nos dando a oportunidade de conhecer nossos sujeitos e sua atuação de forma mais profunda, particular. A nossa pesquisa qualitativa buscou se

aproximar dos fatos, trabalhando com descrições, comparações e interpretações. Seu objetivo é trazer à tona o que os sujeitos pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a visão de pesquisador que é importante, mas também o que o sujeito tem a dizer em relação ao problema (MINAYO, 2000). A questão não é de se contrapor mais de complementariedade.

Nossa pesquisa se deu como um estudo de caso, segundo André (2005) o estudo de caso reúne quatro grandes grupos: etnográfico (um caso é estudado em profundidade pela observação participante); avaliativo (um caso ou um conjunto de casos é estudado de forma profunda com o objetivo de fornecer aos atores educacionais que os auxiliem a julgar méritos e valores de políticas, programas ou instituições; educacional (quando o pesquisador está preocupado com a compreensão da ação educativa; e ação (busca contribuir para o desenvolvimento do caso por meio de feedback.)

As entrevistas foram feitas no mesmo dia, em um ambiente reservado, seguindo um roteiro pré-estabelecido. Os sujeitos da pesquisa preferiram ficar juntas na mesma sala e uma complementava a resposta da outra, foi uma experiência muito rica, para nós pesquisadores.

5.3 Conhecendo os nossos sujeitos

Os sujeitos da nossa pesquisa são compostos pelas duas assistentes sociais do IFPB, as mesmas se dispuseram a nos ajudar e desvendar o nosso objeto de estudo. As duas são funcionárias efetivas da instituição há mais de três anos, o que nos garantiu uma pesquisa rica em detalhes. As assistentes sociais residem em Campina grande, compartilham de religiões diferentes, católica e evangélica. Um dos nossos sujeitos de considerou parda e o outro branco. Ambas são graduadas do curso de Serviço Social da UEPB, concluíram em datas diferentes, 2001 e 2007.

5.4 Sobre as possibilidades da prática

Para conhecer sobre as possibilidades da ação do Serviço Social na instituição organizamos algumas perguntas que nos situassem no contexto da prática das profissionais, tais como: indagamos sobre a visão delas enquanto profissionais a respeito da instituição em que trabalham.

As possibilidades são muitas, principalmente agora que se caminha para a criação de uma pró-reitoria de assistência estudantil, será uma pró-reitoria a nível

Estadual. Cada vez mais essa política se depara com um grande envolvimento por parte das assistentes sociais fazendo com que elas consigam mais ampliação e efetivação. As possibilidades são muitas, as oportunidades de apresentar o trabalho do assistente social dentro da instituição, a atuação que não fica só restrita aos programas sociais, o assistente social está envolvido no processo de aprendizagem.

“As possibilidades são muitas, principalmente agora que se caminha para a criação de uma pró-reitoria de assistência estudantil, será uma pró-reitoria a nível Estadual. Cada vez mais essa política se depara com um grande envolvimento por parte das assistentes sociais fazendo com que elas consigam mais ampliação e efetivação. As possibilidades são muitas, as oportunidades de apresentar o trabalho do assistente social dentro da instituição, a atuação que não fica só restrita aos programas sociais, o assistente social está envolvido no processo de aprendizagem. As condições de trabalho e atendimento são favoráveis a essa atuação. O reconhecimento da importância do Serviço Social no IFPB é reconhecido pela gestão, o que faz toda diferença.” (Sujeito 1)

Podemos observar que o reconhecimento da importância do profissional do Serviço Social é importante para a efetivação da atuação. A sensibilidade vinda da gestão faz com que o trabalho flua melhor e que haja um maior engajamento por parte dessas profissionais. As contínuas mudanças positivas, nesse caso, a criação de uma pró-reitoria na instituição, será de grande importância para o IFPB.

Outro questionamento levantado durante nossa entrevista foi se no decorrer da prática haviam se deparado com algum estranhamento entre a teoria e a prática, essa pergunta foi de extrema pertinência devido o fato de alguns profissionais se depararem constantemente com esse tipo de conflito na sua atuação.

“Não houve um estranhamento, mas um distanciamento entre teoria e prática. Creio que o principal desafio a ser enfrentado, em especial, no Serviço Social na educação é a construção de mais aportes teóricos que norteiem essa prática. O material ainda é pouco diante da demanda encontrada nesses espaços”. (Sujeito1)

O Serviço Social contém uma série de subsídios teóricos para a atuação desses profissionais na educação. O que diminui consideravelmente a distancia entre teoria e

prática. Não podemos deixar de compreender que o Serviço Social dentro da educação é uma construção histórica. Na educação profissionalizante ainda há um processo de desvendamento das demandas daquela micro-área. De acordo com IAMAMOTO

“O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social” (IAMAMOTO; 1998 p.52).

Atuação profissional na realidade demanda um profissional que reproduza sua criticidade e seus artifícios de atuação. As técnicas, as estratégias de enfrentamento das expressões da questão social que chegam até esses profissionais estão presente na realidade desse ambiente de atuação. É muito importante a busca por aportes teóricos que norteiem a atuação desses profissionais.

5.5 Limites ou entraves institucionais

Não diferentemente de outras áreas de atuação, o Serviço Social não está imune aos limites de que estão postos a sua atuação. Durante nossa entrevista indagamos se as demandas são totalmente supridas?

“As demandas não são totalmente supridas, se trabalha com uma política da assistência estudantil que envolve uma série de programas como saúde, esporte e programas de transferências de renda. A demanda é muito grande na instituição, mas com relação a programas de transferência de renda não se tem essa demanda tão reprimida, dar pra atender grande parte dos usuários. Ainda faltam mais projetos na área da assistência estudantil não deveria ficar simplesmente, na área da transferência de renda ainda faltam mais projetos nessas áreas.” (Sujeito 2)

Os programas de transferência de renda na instituição são de grande contribuição para a permanência dos alunos na mesma. Os programas são de alimentação, transporte, moradia e iniciação ao trabalho. Os alunos, antes de serem beneficiados, passam por o preenchimento de um questionário juntamente com

entrevista. As visitas domiciliares seriam um mecanismo eficiente de seleção para a inclusão na política de assistência estudantil, mas, devido o grande número de alunos é humanamente impossível realizar essa técnica.

Outro limite apontado pelas profissionais é da visão dos profissionais pedagógicos, nesse caso, dos professores.

“O docente não compreende essa atuação para além da instituição. O aluno que recebe bolsa advinda dos programas de assistência estudantil é constantemente alvo de questionamento do docente que indaga o mesmo não ter notas boas o porquê da concessão da bolsa? Não há uma compreensão de que notas boas não é um pré-requisito pra se inserir nesses programas. Um dos limites encontrados é esse não entendimento com relação à profissão do Serviço Social, é sempre um choque por parte deles, Enquanto a uma boa aceitação por parte dos gestores ainda há barreiras com relação aos professores, não todos. A restrição do docente a sala de aula pode ser um dos fatores que contribuem pra essa não compreensão do Serviço Social.” (Sujeito 1)

A falta de compreensão por parte desses profissionais ainda é um entrave que precisa ser superado. A falta de conhecimento desses profissionais a respeito do Serviço Social faz com que os mesmos não entendam essa atuação para além dos muros.

6-Aspectos conclusivos

A realidade é posta diariamente, com suas nuances, com suas particularidades, um desafio diário para os profissionais do Serviço Social. É necessário que seja legitimada cada vez mais a importância e a necessidade desses profissionais, não somente, na área da educação, mas em todas as áreas que tem o cidadão como usuário. A cada dia nos deparamos com novas expressões da questão social, o que leva esse profissional a adequar novas técnicas.

Foi evidenciada a participação efetiva desses profissionais, também na educação profissionalizante, que hoje é quase que dominante no Brasil. Um novo espaço de trabalho, mais um desafio a ser superado. Conhecer as mudanças tidas na educação brasileira é muito importante pra tentar entender a melhor forma de atuação. Os Institutos Federais trazem uma nova modalidade de ensino, apesar de anos de consolidação no Brasil.

É possível dentro desse ambiente de trabalho por em prática o norte dado pelo nosso PEP (Projeto de Ética Profissional), se levarmos em conta a autonomia de trabalho identificada, pelo menos, no nosso campo de estágio, IFPB Campina Grande. Autonomia graças à sensibilidade da gestão que encara de forma séria a importância desses profissionais. O reconhecimento na instituição é indispensável.

O IFPB Campina Grande, se mostrou um campo de atuação privilegiado para esses profissionais, apesar dos limites encontrados com relação a sociedade acadêmica, as possibilidades de uma atuação eficiente são maiores que os entraves. O Serviço Social, apesar da falta de mais aporte teórico na área da educação, vem ganhando seu espaço e seu respeito, sendo reconhecida como fundamental no combate das expressões da questão social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, dando essa grande contribuição numa área de suma importância, a educação.

7-REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamento o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República 1997. **Acesso em: 12 set. 2014**. <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-4445067-norma-pe.html>>

BRASIL, Constituição (1988) Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

FREIRE, Rogério Rodrigues de Souza. **O programa mulheres mil: avanços e retrocessos no enfrentamento da questão social?** / Rogério Rodrigues de Souza Freire. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6 ed. São Paulo: Cortez 2001.

<<http://www.ifpb.edu.br/campi/campina-grande>>. Acesso em: 15 jul. 2014;

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo, Cortez 2008.

LINS, Priscila Vasconcelos. **Assistência Social, neoliberalismo e os desafios do Serviço Social**. Este artigo constitui-se enquanto fruto de reflexões sistematizadas em monografia defendida em Junho de 2009, para obtenção de Título de Assistente Social pela UNIGRANRIO.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez. 2005.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7ªed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTA, A. E. **Questão social e Serviço Social: um debate necessário**. In. (Org.) O mito da assistência social: ensaio sobre Estado.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Acesso em: 22 jul. 2014. Disponível em: <www.pucsp.br/cesso>.

SANTOS, A.M dos. **Serviço Social na Educação: reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da gestão escolar**. In: SCHENEIDER, G.M; HERNANDORENA, M.C.A. Serviço Social e Educação: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC. 2012

